

Com a participação de perto de 300 dirigentes e profissionais de associadas, o Encontro Regional Sudeste 2015 realizado ontem abordou questões à altura do numeroso público presente. A começar do tema “solvência”, um assunto colocado no alto de nossa agenda de prioridades e que por conta disso foi citado pela maioria dos expositores do painel de abertura dos trabalhos. Tão urgente e importante é esse ponto, por ser considerado um desdobramento natural e necessário das novas regras de especificação de ativos e passivo, que foi aberta a possibilidade de a Abrapp levar uma minuta a esse respeito às autoridades na próxima semana.

O evento no Rio teve como patrocinadores a BlackRock, BRAM - Bradesco Asset Management, Cetip, Ecoagro, Infra Asset, Itaú e Oceana Investimentos.

Em sua fala, o titular da PREVIC, Carlos de Paula, reconheceu a relevância da solvência. Ao seu lado na mesa do painel sobre “Como Formar Maior e Melhor Poupança Estável de Longo Prazo”, que abriu os trabalhos, o Presidente da Abrapp, José Ribeiro Pena Neto valorizou igualmente o tema. “Precisamos atualizar a regra de solvência dos planos, para tratar de forma diferente os desiguais”. Por sua vez, a Presidente do Sindapp, Nélia Pozzi, chamou a atenção para outro tema caro ao sistema, a autorregulação, enquanto o Presidente do ICSS, Vitor Paulo Camargo Gonçalves destacava a contribuição do processo de certificação à crescente habilitação de nossos profissionais e, em seguida, o Secretário de Políticas da Previdência Complementar, Jaime Mariz, sublinhava o fato de ser a poupança previdenciária essencial ao sucesso dos esforços no sentido da retomada do crescimento.

Diante dos desafios - O Presidente José Ribeiro ressaltou outros pontos, como a necessidade de um esforço conjunto diante de tantos desafios, a importância de desenvolvermos uma base estatística que nos ajude a melhor entender os vários atores do sistema, a obrigação de nos dedicarmos mais a uma agenda estratégica e menos focada em apagar os incêndios do dia a dia, além de buscarmos mudar aspectos da tributação que possam fazer com que empresas e trabalhadores se sintam mais incentivados a aderir ao sistema.

José Ribeiro ainda apontou a UniAbrapp, a nossa universidade corporativa, como “um sonho que se vai tornando realidade”.

Ato regular - Nélia, por sua vez, notou que em sintonia com a Abrapp o Sindicato que dirige vem desenvolvendo os maiores esforços com vistas à defesa do ato regular de gestão, especialmente na atuação junto à Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC). Na mesma linha, colocou a oferta do seguro D&D atualizado. E ressaltou a firme defesa da ética, até mesmo por ser o comportamento ético a melhor forma de prevenir problemas à frente, além de uma obrigação moral em si mesmo. Pediu empenho à Previc na implementação da Supervisão Baseada em Risco - SBR.

Vitor Paulo reconheceu ser a norma de certificação aprovada pelo CNP em sua reunião de alguns dias atrás um significativo avanço, mas acrescentou não ser ainda o que o nosso sistema espera. Manifestou por outro lado a sua satisfação não só com o fato de ter o ICSS se tornado uma referência como órgão certificador, mas também com a esperada contribuição que a UniAbrapp irá oferecer ao esforço de qualificação de nossos quadros profissionais.

Muita atenção - Jaime Mariz concentrou-se no tema fomento, observando que muito se deve esperar tanto da previdência complementar dos servidores, que não pára de avançar, quanto dos planos instituídos. Mas notou que tal potencial só se materializará se estivermos atentos, olhando e trabalhando de perto para se garantir que prevaleçam as melhores condições. No caso da previdência associativa, por exemplo, será indispensável assegurar uma competição justa com a previdência aberta, o que vai demandar uma mexida na tributação. Em se tratando da previdência com patrocinadora, é fácil ver a falta que fazem novos produtos e uma maior flexibilidade para

acompanhar as novas demandas.

No que diz respeito à defesa do contrato previdenciário, destacou a ação conjunta que vem sendo desenvolvida junto ao STF especialmente em dois casos, o da prescrição e o da inaplicabilidade aos fundos de pensão do Código de Defesa do Consumidor - CDC.

Definições - Carlos de Paula apontou como positivas decisões tomadas pelo CNPC no último dia 30, como a possibilidade de familiares e dependentes de participantes e empregados de entes instituidores aderirem aos planos, o que irá implicar em fomento. Nesse ponto definiu a Previc como “órgão de supervisão voltado ao fomento”, defendendo a necessidade de termos para mostrar um “sistema barato, simples e seguro”.

Em outra definição da Previc, a apresentou como “órgão que apóia, orienta, mas trata de forma intransigente desvios de conduta”. Manifestou ainda o seu receio em relação à crescente judicialização, diante das mais de 100 mil ações judiciais em tramitação envolvendo fundos de pensão.

Painéis - No painel jurídico, sobre o tema “Agenda Prioritária do Judiciário e a Gestão Preventiva do Contencioso”, os expositores foram Fábio Lucas de Albuquerque Lima, Procurador-Chefe da Previc, e Roberto Messina, Advogado Sócio do escritório Messina Martins e Lencioni Advogados Associados, e mediador José de Souza Mendonça, Coordenador do Centro de Estudos Jurídicos da Previdência Complementar (CEJUPREV).

Fábio Lucas reforçou a importância da conciliação, mediação e arbitragem, destacando o papel da CMCA (Câmara de Mediação, Conciliação e Arbitragem da Previc) nesse sentido. Apresentou os princípios e objetivos da CMCA e seus integrantes, bem como o seu funcionamento. Oferece independência, imparcialidade e confidencialidade

Messina abordou o papel do advogado moderno, saindo da atitude de agir no litígio, buscando atuar mais na prevenção, conciliação e mediação. Mendonça de sua parte mostrou o papel do CEJUPREV, no sentido de propiciar o debate e a partir dele a elaboração de teses. Enfatizou ainda a necessidade de os advogados municiarem o CEJUPREV com ideias para que possam ser difundidas no sistema.

Mendonça trouxe como um ponto de desenvolvimento a reflexão sobre as práticas relacionadas à gestão do contencioso nas entidades. Nesse enfoque, Messina fez a sua apresentação no sentido de que necessitamos mudar a abordagem: conflitos não devem ser judicializados. Em primeiro lugar devemos ter comunicação mais clara junto ao nosso público e trazer seus pontos para discussão dentro das entidades, pois o Judiciário é moroso e não especializado, fatalmente não atendendo participantes, assistidos, patrocinadores e entidades. Assim, concluiu, a solução dos conflitos deve ser buscada pelos interessados.

No painel sobre “Solvência de Planos de Benefícios, Compartilhamento de Riscos e seus Efeitos na Gestão das EFPCs”, os expositores foram Sílvio Rangel Silveira, Coordenador da CT Ad Hoc de Precificação de Ativos, Passivos e Solvência de Planos da Abrapp, Antônio Fernando Gazzoni, diretor-presidente da Gama Consultores Associados, e José Roberto Ferreira, diretor de Análise Técnica da Previc.

Sílvio fez uma ampla exposição, que arrematou apresentando uma síntese das sugestões da Abrapp relativamente à solvência. No que diz respeito ao equacionamento de déficits, o que defendemos é dar ao déficit um tratamento proporcional ao duration do planos (Limite = 1% x duration do plano, sendo que o limite de déficit se reduz com a diminuição do duration, num mecanismo autoajustável).

Ao mesmo tempo, notou Sílvio, a adequação do limite do déficit torna desnecessário que haja um

gatilho. Na hipótese de não eliminação, defendemos que se adote o entendimento de déficits do exercício consecutivos, com prazos de gatilho proporcionais ao duration. Para se conseguir ajustar o prazo de equacionamento, o raciocínio a seguir será o de entender a duration ao equacionar igual a 70% do duration dos pagamentos.

Havia, lembrou Sílvio, a expectativa de que o debate a esse respeito seria concluído até fins de março e que, logo em seguida, viria uma decisão no âmbito do CNPC. Como tal não se confirmou, concluiu Sílvio, “existe a necessidade de retomar o debate, com vistas ao consenso sobre diagnóstico e solução para essa questão”.

Atuário, Gazzoni retomou as propostas da Abrapp relativamente à solvência explicando que, no lugar da regra atual que fala hoje em limite de déficit de 10% e de reserva de contingência de 25% das provisões em BD de todos os planos previdenciais, sugerimos limites de solvência variando de acordo com a duração do passivo. Ao invés da redação atual com gatilho aos 3 anos consecutivos para equacionamento de déficits abaixo do limite de 10%, o que desejamos ver no lugar é a dispensa do gatilho, pois o limite iria variar com a duração do passivo.

Propomos ainda a troca da regra atual, que define prazo de equacionamento máximo igual a duration (Resolução 15/14), por um prazo compatível com a duração do passivo, mas não limitado a este.

Gazzoni lembrou entender a ABRAPP como necessária, relativamente à solvência, uma proposta estrutural, sem casuismos, que vise regras que reconheçam a individualidade dos planos. “Neste contexto, é necessário termos regras de solvência “positiva” ou “negativa”, de forma a observar critérios similares”, sinalizou.

Gazzoni abordou também a questão do compartilhamento de riscos, observando ao concluir que o que se busca é outorgar às entidades a autorização para terceirizar alguns riscos do passivo, possibilitando adotar alternativas de proteção além das já existentes.

Observou, por conta disso, que a Abrapp entende como necessário que se avalie os impactos da contratação de um seguro, elaborando estudos específicos de viabilidade e devendo a operação ser comunicada a PREVIC. Concluiu a sua apresentação notando que um fundo previdencial pode se apresentar nesse caso como alternativa de proteção.

Fonte: [Abrapp](#), em 02.04.2015.